

Contribuições do Jornalismo Literário para a Construção de Pós-memórias da Colonização Portuguesa na África do Século XX¹

Flávia Arruda RODRIGUES²
Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, RJ

Resumo

No intuito de promover o cruzamento dos campos da Literatura e da Comunicação Social, o trabalho discute contribuições de livros recentemente lançados em Portugal que tematizam o retorno de cidadãos portugueses que viveram nas colônias até fins de 1975. Dezenas de livros escritos por filhos e netos desses ex-colonos têm se destacado como fenômenos de vendas, evidenciando a necessidade de reelaboração do trauma da partida emergencial das antigas possessões portuguesas para uma metrópole desconhecida e hostil e, ainda, a interessada recepção editorial da primeira geração de colonos. Esta, que ficou conhecida como a dos retornados, foi, a um tempo, algoz e vítima da colonização. Alguns dos autores são jovens jornalistas que se propuseram a realizar a tarefa de reconstruir memórias silenciadas de seus pais e avós não só pelo jornalismo literário como pela coleta de fotografias e documentos.

Palavras-chave: Comunicação social; Literatura; Colonização; África; Pós-memória.

Um aspecto que gostaria de destacar ao iniciar este texto é informar a seus leitores que este não apenas é um desdobramento inaugural de minhas pesquisas de mestrado e doutorado no Departamento de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), mas também a concretização de um desejado movimento de integração de alguns debates acadêmicos desse campo de saber à minha experiência como professora de Comunicação Social e jornalista profissional com carreira em redações. Nos últimos seis anos, meu interesse vem se voltando para experiências que, fundidas, possam convergir para um novo projeto de pesquisa, o que começa a se materializar agora, com estas primeiras considerações a respeito do tema que passarei a discutir. É importante afirmar, portanto, que a escrita deste texto elabora algumas novas percepções sobre o trabalho que alguns jovens jornalistas portugueses vêm desenvolvendo, especialmente nos últimos dez anos: o da elaboração de pós-memórias que reconstroem e revivem o trauma da derrocada

¹ Trabalho apresentado no GP História do Jornalismo do XVI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora da Universidade Estácio de Sá (Rio de Janeiro, RJ), email: rodrigues.flaviaarruda@gmail.com.

da colonização daquele país em territórios africanos, em meados do anos 1970. Estas são formulações iniciais, portanto, que ganharão desdobramentos no decorrer do tempo.

Como a longa e, ao mesmo tempo, tardia colonização portuguesa na África (a última a ser encerrada) talvez seja um tema pouco familiar para alguns leitores brasileiros, apesar do passado histórico comum aos dois países, é necessário oferecer algumas informações que colaborem para o melhor entendimento das questões que serão propostas a seguir. O debate que proponho se dá, por exemplo, a partir da experiência africana dos chamados retornados. Esse grupo de cidadãos portugueses, que recebeu esta alcunha nos anos de 1974 e 1975, principalmente, era constituído por colonos daquele país que, por incentivo governamental, em especial na década de 1960, optaram pela migração para as antigas colônias de Portugal, notadamente as de Angola e Moçambique, na África.

Até meados da década de 1970, o Estado Novo português assegurou institucionalmente a vida desses cidadãos nas colônias. Angola, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, por exemplo, eram territórios anexados à minúscula porção continental lusitana, e faziam parte do que os governos ditatoriais de António de Oliveira Salazar (1889-1970) e Marcello Caetano (1906-1980) entendiam como “império”³. Essas regiões distantes funcionavam como extensões comerciais e administrativas do Estado português e, nelas, habitavam portugueses que não só viviam das atividades de gestão colonial como da importação e revenda de bens manufaturados, extração mineral e produção agrícola.

Algumas colônias prosperaram durante a ditadura salazarista e produziram elites coloniais brancas. Foi o caso de Angola, por exemplo, cujos limites geográficos guardavam (como ainda guardam) imensas jazidas com fartos recursos naturais estratégicos como minério de ferro, diamantes e petróleo, além de vastas planícies adequadas à plantação de

³ As aspas para a palavra império, no que tange ao caso português, merecem aqui uma ressalva, de Andrew Porter, autor que se dedica ao tema da ação colonial europeia de forma abrangente. Na perspectiva de Porter, o imperialismo português é percebido como de segunda classe, ao que ele “de pedintes”, se comparado ao praticado por outras potências econômicas europeias, como Inglaterra (principalmente), França ou Bélgica. Em *O imperialismo europeu (1860-1914)*, Porter afirma: “O caso português, como é sobejamente conhecido, já foi escrupulosamente integrado numa análise da economia do imperialismo. A formulação de R. J. Hammond de um argumento nos termos de um “imperialismo não-econômico” foi contestada pela insistência de W. G. Clarence-Smith no valor do império para Portugal, para certos interesses e seções da sociedade portuguesa. Contudo, “valor” precisa ser definido não só em termos econômicos. Há um argumento que começa agora a ser desenvolvido em termos de benefícios para a monarquia portuguesa, círculos eclesiásticos e grupos de pressão religiosos. Isto parece remeter para uma conclusão que, no caso português, aponta para um conjunto de beneficiários e, por outro lado, para uma grande porção da população portuguesa a constituir a força motriz de um “imperialismo de pedintes”. Até agora, contudo, parece questionável que tenhamos investigação para resolver estas disputas de uma maneira ou de outra. (...) parece incontestável que os historiadores portugueses têm ainda muito a fazer apesar da escala mais pequena do caso do Portugal imperial (pp.73-74).

outras *commodities*, como milho e algodão. À época, os cidadãos portugueses que habitavam essas paragens urbanizaram cidades, pavimentando e eletrificando ruas, construindo casas, escolas e clubes e, também interligaram esses centros com as regiões interioranas por meio de estradas de ferro. Em resumo, eles se preocuparam em construir para si mesmos centros urbanos inspirados em metrópoles europeias e, na medida do possível, reproduzir Lisboa. Porém, isso foi feito em lugares que ficavam a distâncias transcontinentais e usando a mão-de-obra quase escrava da população negra local, cujos serviços eram demandados à força por via de truculenta hierarquização social.

Essa vida cotidiana sessentista e setentista das colônias portuguesas, de altos salários, grandes ganhos e prosperidade geral, e que dava a acesso a requintados bens de consumo, teve seu fim determinado no momento em que os capitães do Movimento das Forças Armadas (MFA) se insurgiram contra o governo salazarista, em 25 de abril de 1974, rumando principalmente de Santarém, a cerca de 40 quilômetros ao Norte da capital do país, Lisboa, e forçaram a renúncia do então presidente do Conselho de Ministros, Marcello Caetano. O insatisfeito contingente militar que produziu a Revolução dos Cravos também acabou por inviabilizar a permanência dos portugueses nas colônias, tal como se configurava. E, uma vez desestruturado o Estado Novo, forças políticas independentistas das colônias, enfim, perceberam a possibilidade de abertura para, enfim, tomar o poder das elites brancas que as oprimiam.

O aumento da violência contra os colonos portugueses nos territórios até então dominados pelo Estado Novo português cresceu a ponto de a presença deles naqueles lugares se tornar inviável. No interregno entre a Revolução dos Cravos e as declarações de independência, cerca de 500 mil portugueses voltaram para a metrópole, muitos em aviões cedidos pelos países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), da qual Portugal até hoje faz parte. Este contingente populacional português ficou conhecido como o dos retornados. É sobre a presença deles na África, sobre esse regresso abrupto e sobre a readaptação à metrópole a que os livros em questão se debruçam.

Ao mesmo tempo em que eram perpetradores, algozes de um sistema colonial e, por isso, agentes de violência, eles, de forma ambivalente, também a sofreram. Foram acusadores e acusados. Portugueses não só perderam abrupta e irrecuperavelmente bens, familiares e amigos, como foram forçados a viver em acomodações improvisadas, principalmente nos hotéis (esvaziados pela revolução e pela temporada de inverno), no Estoril, na Grande Lisboa, sendo constantemente acusados pelos compatriotas

metropolitanos de serem eles próprios os responsáveis por suas expulsões das colônias. Além disso, muitos dos retornados haviam nascido nesses territórios extracontinentais, não tendo tido qualquer contato com a capital do “império” até aquele momento de suas vidas, o que foi alvo de estranhamento e motivo para discriminação.

Não bastassem os problemas vividos ao deixarem a África, esses colonos conheceram o preconceito e o repúdio dos portugueses da metrópole no momento da chegada, uma vez que foram acomodados pelo governo provisório em hotéis, recebendo as garantias que eram possíveis em meio às inúmeras incertezas do Processo Revolucionário em Curso (PREC). Nesse sentido, os colonos revelavam a ambivalência de sua condição, uma vez que, ao mesmo tempo, eram atores diretos da ação colonial em territórios dominados por Portugal, eram resultado da falta de sustentação dela própria. Os ex-colonos não entendiam, como nota o filósofo Eduardo Lourenço em seu texto “Apelo ao(s) retornado(s)”, republicado este ano em coletânea organizada por Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi, que

Embora organicamente colonizadores (mais que não fosse pela inconsciência de não saber que o eram, sendo-o superlativamente, a maioria dos portugueses só se sentia *colonialista* pela conta alheia (os colonos), como se sentiu *anticolonialista* pela mesma razão, ao descobrir que esses “colonos” haviam se convertido num obstáculo à solução do nosso drama nacional. A partir daí só podiam ser vistos como *causa perdida*, o que sempre haviam sido sem que isso jamais nos tivesse posto qualquer problema. Numa perspectiva anticolonialista coerente não era possível dissociar da colonização como questão posta ao País *colonos* que dela eram o centro, pois era precisamente o seu estatuto de *colonizadores* que se encontrava em discussão (LOURENÇO, 2014).

Surge, daí, o trauma dos retornados. Estigma e silêncio que só começam a ser quebrados a partir da virada do milênio, quando a segunda geração de colonos, ou seja, os filhos daqueles que lá estiveram como agentes maiores da colonização, começam a escrever narrativas que reconstroem esse passado, em tentativas de estabelecer pós-memórias para esses acontecimentos. Apesar dos eventos que foram as edições desses livros, esse ainda parece ser um tema difícil para os portugueses, e ainda será necessário contar com tempo para que, aos poucos, a segunda geração ocupe o espaço e reconte aquele passado com menos magoas do que seus pais e, até, avós. Tome-se o exemplo do que ocorre no ambiente acadêmico, em Portugal.

O que parece haver é um desinteresse em examinar feridas como esta, ainda abertas da História portuguesa, e que se materializa vez por outra, por exemplo, em preocupações como a da investigadora Cláudia Castelo, que, em sua tese de doutorado em Sociologia

Histórica pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, abordou outra questão pouco explorada pela academia portuguesa e igualmente relegada a um lugar de esquecimento: a presença de cidadãos portugueses nas ex-colônias de povoamento africanas, especialmente Angola e Moçambique. Na introdução de seu livro, *Passagens para a África: o povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole (1920-1974)*, ela explica que uma de suas motivações para a realização de seu trabalho de investigação foi a necessidade de interpretar e contextualizar a presença e atuação dos portugueses na África do século XX, para além do lugar de saudade que seus discursos frequentemente evocam:

A decisão de investigar o povoamento de Angola e Moçambique com portugueses da metrópole prende-se não só com a constatação de que este tema ainda não havia sido tratado na perspectiva das ciências sociais, como com a noção de que as memórias sobre África veiculadas sob as mais variadas formas não se preocupam em indagar, problematizar, contextualizar, interpretar, mas apenas convocar um lugar de saudade. Cumprem uma função emocional mas acabam por alimentar as ideias feitas e os mitos que se foram enquistando no senso comum. (CASTELO, 2007, p.17).

O caso dos livros em questão parece se enquadrar, ainda, no que Dominick LaCapra conceitua como escrita emulativa. Trata-se de um tipo de arte performativa que revive situações de violência e que pode parecer arriscada, mas é, ainda, uma forma substancialmente mais segura, em termos psíquicos, para se lidar com traumas oriundos de situações extremas e ainda não resolvidos. Para as vítimas, configura-se como uma forma de reencenar, reviver e superar memórias de acontecimentos vividos pessoalmente ou transmitidos por pessoas próximas que passaram pelas mesmas situações-limite. Deve-se aqui assinalar que LaCapra lida com questões relacionadas ao Holocausto, problemática de abrangência mundial e que certamente suscita questões diferentes das deixadas pela colonização portuguesa na África do século XX.

Neste sentido, especialmente na última década, tornou-se comum encontrar, em livrarias portuguesas, logo à vista, estantes ou mostruários com uma variada gama de livros que retomam questões como “a vida que os portugueses deixaram”, “longe da restinga, a Oeste da sanzala” e “terra prometida”, apenas para citar alguns dos subtítulos que ajudam a vendê-los. Eles formam uma recente leva de narrativas que têm procurado reescrever a ocupação das colônias africanas empreendida pelos portugueses, especialmente na segunda metade do século XX e, mais ainda, no período que foi da Revolução dos Cravos, em 25 de

abril de 1974, às declarações de independência de países como Angola e Moçambique, entre outras ex-colônias, em fins de 1975.

Parte desses livros é escrita por jovens jornalistas nascidos, como é importante assinalar, depois da Revolução dos Cravos. A validade dessa afirmação reside no fato de que, por serem mais novos do que os acontecimentos históricos, não tiveram a oportunidade de vivenciar os fatos que narraram senão pela memória de segunda ordem daqueles que entrevistaram para a composição de seus livros. Ao mesmo tempo, beneficiados exatamente por esse distanciamento, têm a capacidade de se aproximar de lembranças dolorosas e as relatam com menor envolvimento emocional que seus progenitores ou integrantes da geração anterior, que teve participação direta nos eventos.

É o caso, por exemplo, da jornalista Rita Garcia, que é de julho de 1979. Ela é autora de dois títulos de grande sucesso em *Portugal: SOS Angola: os dias da ponte aérea*, de 253 páginas, lançado pela Oficina dos Livros, em 2011; e de *Os que vieram de África, o drama da nova vida das famílias chegadas do Ultramar*, com suas 270 páginas, de 2012, lançado como sequência do primeiro, dado o volume expressivo de vendas. Rita Garcia é licenciada em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa e trabalha como jornalista desde o ano 2000, tendo integrado as equipes da revista *Focus* e *Sábado*, entre as de outros veículos de comunicação. É importante salientar que, tanto quanto o valor jornalístico dessas publicações, muitas vezes escritas como grandes reportagens a meio termo entre a ficção, no que caracteriza o jornalismo literário, existe a função social que vem sendo cumprida por essas obras, que é a de trazer à luz temas que estavam silenciados por razões emocionais ou políticas há aproximadamente 30 ou 40 anos.

O trecho a seguir, por exemplo, dá uma medida do cumprimento de expectativas que esses textos têm vindo a alcançar. Ele foi extraído de *SOS Angola: os dias da ponte aérea*:

No dia da partida, Eduardo e Madalena levantaram-se de madrugada e despacharam os miúdos para saírem antes de o Sol nascer. Não queriam ser vistos por ninguém. Fecharam a porta de casa com as mesmas voltas que davam todos os dias à fechadura e instalaram-se na carrinha em silêncio. Antes de se fazerem à Estrada, ainda passaram no estabelecimento comercial da família para apanharem latas de quilo de leite *Nido* e as conservas com que se alimentariam até terem vaga na Ponte Aérea.

A catarse de Eduardo começou mal entraram na estrada para Moçâmedes. Quisera acreditar que a viagem não era definitiva, mas naquele momento tomara consciência de que o caminho não tinha retorno. “Nos últimos tempos, alguns pretos já nos diziam: ‘Vai-te embora, branco, desaparece’. Dali em diante, era previsível que a escalada de hostilidade aumentasse até um ponto insustentável.

Era essa certeza que enlouquecia Eduardo Faustino. Que direito tinham os negros de o escorraçar de Porto Alexandre, logo a ele que não conhecia outra terra e tão pouco fizera mal a alguém? Ele era um dos Gémeos, que toda a gente conhecia e respeitava na cidade. Com que justificação ia deixar para trás tudo o que construía numa vida de trabalho? Desde os 12 anos que atendia ao público com Álvaro, o irmão gémeo. Tanto esforço para nada. Sentia-se destroçado. Ao volante da carrinha *Isuzu*, a única coisa que o aliviava era mesmo chorar. (GARCIA, 2011, p.185)

Alguns elementos do texto de Rita Garcia dão ao leitor a possibilidade da partilha de experiências entre entrevistados e leitores. Dentre eles, vale destacar aspectos que tornaram essa experiência comum a cerca de meio milhão de portugueses: um deles era a pressa em deixarem suas casas, de preferência sem serem notados pelas indivíduos locais que já os ameaçavam. Outro é o abandono de meios de vida, neste caso, o estabelecimento comercial. A revolta, a impossibilidade de negociação e a catarse vividas por Eduardo Faustino, um dos entrevistados de Rita Garcia, também costumam ser relatadas por outros portugueses que viveram o mesmo momento histórico.

Como o título do segundo livro de Rita sugere, *Os que vieram de África: o drama da nova vida das famílias chegadas do Ultramar* prende-se aos desafios encontrados na acomodação destas famílias em território continental português. Para que tal fosse feito, o governo do país criou o Instituto Atendimento aos Retornados Nacionais (IARN), órgão público que colaborou para o alojamento dos recém-chegados em hotéis, principalmente na região do Estoril, próxima a Lisboa. O curioso é que muitos desses estabelecimentos turísticos eram de luxo, mas receberam levadas massivas de portugueses tanto porque era inverno quanto pela impossibilidade de receber turistas, uma vez que todo o país vivia as convulsões políticas de uma revolução democrática recém-inaugurada e que encerrava 48 anos de ditadura militar em Portugal.

O primeiro capítulo do segundo livro de Rita Garcia, intitulado “Fuga para o frio”, inicia-se com o seguinte trecho, que dá a medida do ambiente social que os retornados encontraram em suas chegadas:

Todos os dias, Irene Lopes chegava à escola a chorar de frio. Saía de casa ainda noite escura, muitas vezes em jejum, e caminhava até a Guarda durante uma hora por campos cobertos de neve. Para uma miúda de onze anos que, como ela, só conhecia o calor de Angola e não tinha abafos grossos para se agasalhar, o percurso era uma autêntica tortura. Nos primeiros tempos, o dinheiro era tão escasso que nem chegava para comprar sapatos fechados. Irene calçava as sabrinhas de verão trazidas de África, a que a mãe cortara a biqueira para acompanharem seu crescimento. Foi assim por algum tempo até os pais arranjamem botas de borracha pretas para ela e para o irmão.

A família aterrara em Lisboa em 11 de novembro de 1975, o dia de independência de Angola, vinda da África do Sul, num Boeing 747 da TAP, depois de três meses em campos de refugiados à espera da viagem para Portugal. A fuga começara em agosto e obrigara-a a sair à pressa da Cuemba, no distrito do Bié, no centro do território, para chegar a tempo de apanhar a célebre coluna do senhor Serra, que estava prestes a sair de Nova Lisboa (Huambo). (GARCIA, 2012, p.21)

A título de contextualização histórica, tomo de empréstimo um trecho do livro do também jornalista Fernando Dacosta, que não figura como objeto de estudo por ser da mesma geração que os colonos retornados de mais idade. Dacosta, nascido em 1945, foi um dos poucos jornalistas a dar visibilidade ao problema dos que voltavam das colônias, uma vez que, como já dito, as incertezas políticas eram as principais preocupações do governo provisório recém-estabelecido. Seu livro pioneiro foi intitulado como *Os retornados estão a mudar Portugal*. Em 2013, ele lançou um pequeno livro, que tem como título *Os retornados mudaram Portugal*, do qual também extraio um excerto, que reproduzo a seguir.

Note-se que as informações coletadas pelos dois jornalistas são bastante semelhantes em seu conteúdo, tendo como marcas de diferenciação as gerações a que cada um deles pertence. De qualquer forma, deve-se ter em conta que a edição de mais este livro de Dacosta aumenta a lista de títulos produzidos por jornalistas sobre a questão dos retornados portugueses, o que endossa a perspectiva que pretendo trabalhar:

A maior parte dos que vieram chegou com a roupa do corpo, escassos haveres em caixotes e notas inúteis nos bolsos. Alguns tentaram permanecer em África. Amavam-na, serviam-na, era a sua terra. Nada tendo a esconder, nada tinham, pensavam, a reçar. Os governantes diziam-lhes, pea imprensa e pelos comícios, isso mesmo.

Caso a caso, história a história, as suas vidas fizeram-se irreais. Alentejo, Algarve, Beiras, Trás-os-Montes, em todo o lado encontrámos as mesmas faces, os mesmos olhares, as mesmas acusações, o mesmo aturdimento – não sentem arrependimento porque não sentem culpa. (DACOSTA, 2013, p.71)

Apresento por fim, um dos trabalhos de Ana Sofia Fonseca, formada pela Universidade Católica Portuguesa, também jornalista, nascida em 1978 e, por isso, como Rita Garcia, integrante da geração de novos profissionais que não conheceu a Revolução dos Cravos por experiência própria, mas que vem produzindo a pós-memória dos retornados portugueses. Freelancer, trabalhou na revista *Grande Reportagem* e no semanário *SOL*, além de ter integrado as redações do jornal *Expresso* e da rede de TV portuguesa SIC, onde trabalha até os dias atuais. Sua experiência editorial anterior havia sido com *Barca Velha – Histórias de um vinho*, para o qual realizou entrevistas que deram

detalhes sobre o mítico vinho português da região do Rio Douro. Seu livro *Angola, terra prometida: a vida que os portugueses deixaram*, também uma grande reportagem que usa recursos do jornalismo literário, se ocupa do tema em 328 páginas. A edição do livro apresenta o tema como “um retrato destes anos dourados”, que de fato foram para os portugueses que, como o mesmo texto da contracapa afirma, tinham “a vista tranquila da baía de Luanda, os banhos de mar quente, as mangas maduras a Cuca gelada, as lagostas, o cinema os gelados do Baleizão”.

O texto de Ana Sofia Fonseca preocupa-se em reencenar e trazer para o momento presente esse tipo de cotidiano deixado para trás às pressas pelos portugueses e que, conforme já foi aqui afirmado, não vislumbra possibilidade de volta senão pela escrita e leitura de tais livros. Já na capa, avistam-se duas fotografias que apresentam uma vida essencialmente europeia nos trópicos, com direito à imagem de uma criança negra nativa segurando um guarda-sol para que os portugueses brancos, um deles com chapéu colonial, não sintam calor demais. A outra fotografia mostra um jovem casal português sentado na carroceria de um automóvel conversível, também em Angola, no que aparenta ser um evento esportivo nos anos 1960.

A partir do exemplo dos livros anteriores, seleciono um trecho para reflexão:

O cinema levanta-se numa comovida aclamação. Um pensamento sulca todos os rostos: mais uma despedida (.), prenúncio de outras (?), talvez da sua. Faltam quarto meses para a independência, adeus é palavra tão temida quanto repetida. O “Chá das Seis, quase dezasseis anos de existência, acende as últimas lâmpadas. Desde novembro de 1959, então com nome de “Chá das Seis e Meia”, e encontro marcado à sexta-feira, faz parte da rotina da cidade. Conquistou tanto sucesso que logo ganhou mais tempo e outra honra na agenda. Daí em diante, das seis da tarde às oito da noite de sábado, a orquestra toma o palco do Restauração. Os apresentadores, esses, pouco mudam. Alice Cruz e Diamantino Faria fazem a cortesia dos primeiros tempos. Segue-se Artur Peres. Mais tarde, quando Alice parte, vem Ruth Soares. (FONSECA, 2009, p.236)

Como marca deste trabalho de Ana Sofia Fonseca está a representação da vida colonial portuguesa estritamente a partir do ponto de vista do colonizador europeu, sem aparente preocupação em problematizar o fazer colonial levado a cabo por estes indivíduos e, principalmente, a violência perpetrada nesses territórios em relação aos colonizados, especialmente à maioria, que realizava trabalhos braçais em regime similar ao escravocrata. Não surpreende que tais livros tenham ganhado público leitor tão expressivo, abrindo possibilidade para outros títulos, inclusive como continuações das reportagens.

Creio que, a partir do exposto neste trabalho, é possível compreender a importância da elaboração de tais memórias, uma vez que é importante trazer à luz temáticas que

ficaram obscurecidas ou escondidas por razões políticas e familiares. Tais esforços jornalísticos realizados por uma geração emocionalmente apta a eles certamente têm trazido grande contribuição social e, por isso, é digna de destaque.

REFERÊNCIAS

- CASTELO, C. **Passagens para África: o povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole (1920-1974)**. Porto: Edições Afrontamento, 2007.
- DACOSTA, F. **Os retornados mudaram Portugal**. 2ª Ed. Lisboa: Edições Parsifal, 2013.
- FONSECA, A.S.. **Angola, terra prometida: a vida que os portugueses deixaram**. 2ª Ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009.
- GARCIA, R. **SOS Angola: Os dias da ponte aérea**. Alfragide: Oficina do Livro, 2011.
- _____. **Os que vieram de África: o drama da nova vida das famílias chegadas do Ultramar**. Alfragide: Oficina do Livro, 2012.
- PORTER, A. **O imperialismo europeu (1860-1914)**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- LACAPRA, D. **Writing history, writing trauma**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2001.